

3. **Considerações sobre o poder na região da Baixada Fluminense: entre conjunturas políticas nacionais e seus efeitos no recorte municipal de Nilópolis**

O poder está também circunscrito ao campo das vontades e inclui-se no universo dos valores sociais, que definem uma vontade comum, ou seja, tudo aquilo que é socialmente aceito e valorizado. Não é possível, portanto, pensar em poder fora dos marcos estabelecidos pelos contextos temporais e espaciais das sociedades. (CASTRO, 2005, p. 99, grifo meu).

Ao iniciarmos a abordagem da construção do poder na Baixada Fluminense, convém a buscar marcos teóricos que definam, dentro da geografia, a prática do poder capaz de reproduzir determinada conjuntura socioespacial, vinculada à permanência de estruturas de dominação e dependência que são marcas de um espaço periférico na dimensão estadual.

No campo da geografia política, Castro (2005) torna-se ponto de partida no que concerne às reflexões sobre o poder como elemento na construção espacial ancorados nos mecanismos de controle das paixões nos espaços de conflitos de interesses. A construção do poder, portanto, está vinculada ao desenvolvimento das práticas relacionais nas sociedades, acerca de indivíduos que possuam "assimetrias na posse dos meios e nas estratégias para o seu exercício." (CASTRO, 2005, p. 95).

Importante salientar que o exercício do poder irá garantir determinadas nuances de acordo com o recorte espacial, bem como a escala a ser priorizada nos estudos em geografia política, levando-se em consideração, a título de exemplificação, o exercício da coerção ou da cooptação pelos agentes de poder local, ou como este poder se comporta no contexto do desenvolvimento das instituições políticas na escala nacional.

Assim, como recurso analítico e didático, tomamos como ponto de partida a ideia de que as escalas dos fenômenos político institucionais da modernidade são aquelas que recortam os territórios locais, regionais e nacionais e o global. Neste sentido a geografia não pode prescindir de nenhuma destas escalas, porque elas ainda definem recortes de pertinência da medida das ações institucionais que produzem escalas dos fenômenos políticos. Mesmo se esses fenômenos se reproduzem em mais de uma escala, a consideração de cada uma e a articulação entre elas é necessária. (CASTRO, 2005, p. 54).

Os mecanismos que favorecem as estratégias de poder na Baixada Fluminense, segundo os autores investigados¹, através dos quais podem ser relacionadas ao clientelismo, ao mandonismo local e à patronagem que revelam marcas no espaço político baixadense. Figuras da política local, os agentes públicos municipais (prefeitos e vereadores), passam a integrar redes de influência com as instâncias federadas (estados e União) em uma lógica de perpetuação de seus poderes mediante o controle do voto, o uso da força e a prática do assistencialismo. Agentes do poder local, como Tenório Cavalcanti², simbolizam a reprodução da figura do coronel em face do mandonismo, através da estrutura de domínio diante das estratégias espaciais do então federalismo emergente.

O coronelismo, enquanto estrutura de poder, marcaria o espaço político da Baixada no bojo da nascente política republicana, que produz um espaço político diretamente influenciado pela gestão pública da União.

Acerca do conceito de espaço político relacionado aos estudos geográficos, Castro (2012) aponta que este

nasce da centralidade territorial das regras necessárias ao ordenamento da vida pública, constituídas a fim de superar as precariedades das condições conflituais que se manifestam no convívio entre livres e diferentes. No entanto, ele se consolida na qualidade institucional que caracteriza as sociedades democráticas contemporâneas. (Idem, p. 68).

Diante do setor agrário em decadência no âmbito estadual fluminense e o consequente processo de esvaziamento econômico da província do Primeiro Reinado, o Distrito Federal tornou-se o espaço de maior influência nas transformações socioespaciais sobre a Baixada Fluminense, alterando a estrutura de poder local consolidada no modelo colonial. Inserida como núcleo político da federação, a capital nacional,

tratava sua conflituosa relação com as lideranças políticas fluminenses, e ambos (Distrito Federal e municípios), por sua vez, interessavam-se cada vez mais pelos votos rurais que a Baixada oferecia para a nova legitimação do poder. Desse modo, os rebeldes senhores coloniais, que exerciam a lei e o governo em um sistema escravista e patriarcal, passam a dar lugar aos coronéis, chefes de um sistema rural decadente e ávidos por benefícios do poder central, mesmo se isso significasse sua perda de sua autonomia. (ALVES, 2003, p. 78 - 79).

¹ Dentro da temática do desenvolvimento de mecanismos de poder na Baixada Fluminense, destacam-se Pereira (1970); Beloch (1986); Mattos (1994) e Alves (2003).

² Como veremos neste capítulo, Tenório Cavalcanti, popularmente conhecido como o Homem da capa preta, representou uma liderança na política fluminense, herdando a figura do mandatário local em seu reduto eleitoral, o município de Duque de Caxias.

Para Carvalho (1999), o coronelismo revela estruturas de descentralização de poder na transição da política Imperial centralista para um modelo vinculado ao então nascente Federalismo Republicano e o panorama de crise do perfil agrário-exportador nacional:

Era a decadência econômica dos fazendeiros, acarretando a crise do poder político dos coronéis em face aos seus dependentes e rivais. A manutenção deste poder passava então a exigir a presença do Estado, que expandia a influência na proporção que diminuía a dos donos da terra. Isto significava o fortalecimento do poder do Estado. O período desta transformação foi a Primeira República que durou de 1889 até 1930. (Idem, p. 131).

Sendo assim, o coronelismo tornou-se uma rede vinculada ao poder estatal do sistema republicano emergente, envolvendo uma rede de relações que insere a escala local a partir do poder do coronel e a escala nacional mediante o poder central da República.

o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre os governos e os coronéis, o governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo em forma de votos. Para cima, os governadores dão apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte de seu domínio no estado. (Idem, p. 132).

Destarte, o coronelismo enquanto prática política nacional, desdobrou-se em diferentes estratégias de poder local sob a tutela da estrutura federalista em que o governador Republicano institucionaliza-se como o chefe da política estadual e em torno dele se arregimentam oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes.

A estratégia dos agentes de poder vinculada à máquina estatal como forma de institucionalização da lógica do poderio local, reproduz a assimetria de poder em um espaço de direitos comuns. Dessa maneira, a estrutura coronelista, herdada de uma sociedade vinculada à produção econômica escravista reforça dimensões de um espaço da periferia fluminense. Ao contextualizarmos os traços vinculados à reprodução da lógica coronelista na Baixada Fluminense, necessariamente precisamos delimitar os conceitos que envolvem as relações sociopolíticas da Baixada, construída, historicamente, a partir de relações de poder calcadas no modelo colonialista (ALVES, 2003). Segundo Pereira (1970), a composição

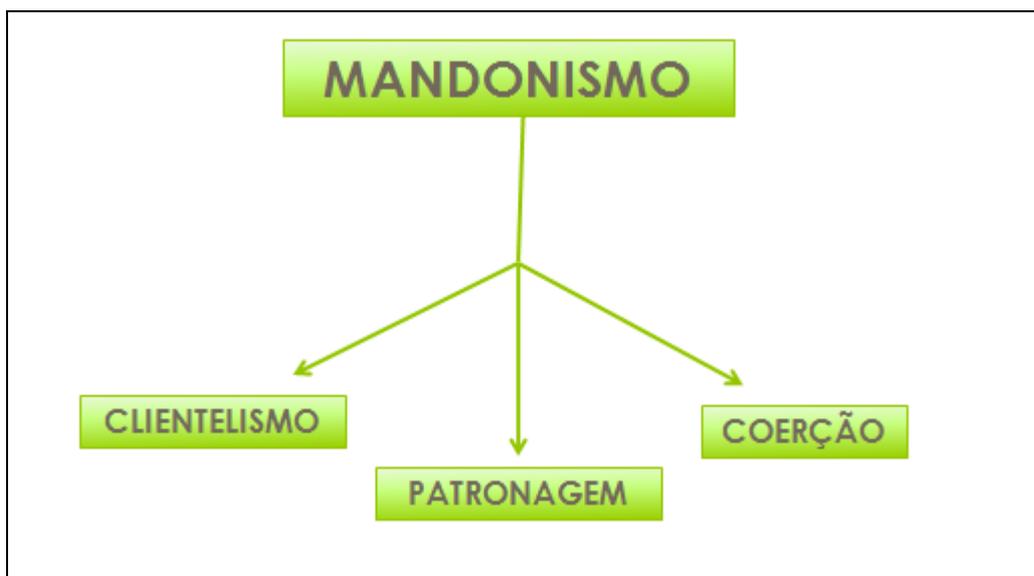
populacional escrava no período colonial na Baixada Fluminense³ correspondia a mais da metade do total de habitantes em 1850, revelando-se uma estrutura hierárquica e socialmente desigual. Sobre o espaço da produção escravista que se desenvolveu no Baixada, Bezerra (2004) chama atenção acerca da latente assimetria social construída na segmentação entre a camada proprietária de terras e a massa trabalhadora compulsória. Dentro do ambiente social escravista, Mattos (1994) revela as relações de poder que se impunham e que eram capazes de garantir a ordem no interior de uma sociedade assimétrica. Assim, os senhores de terras encabeçavam o mundo da ordem social, ou seja, os legítimos membros da boa sociedade e, por vezes, sendo obrigados a recorrer à coerção para garantir a "boa ordem". Esse contexto potencializou o enraizamento da prática do mandonismo local, no que concerne à conservação de uma ordem vinculada ao modelo colonial.

Governar a escravidão consistia em não apenas fiscalizar o trabalho da massa de escravos, ou em escolher com acerto os feitores e saber evitar-lhes as exagerações, mas sobretudo em criar condições para as relações de poder inscritas fossem vivenciadas e interiorizadas para cada um dos agentes, dominadores ou dominados. (MATTOS, 1994, p. 112, grifo meu).

Acerca da prática do mandonismo, Carvalho (1999) entende que não é um sistema político como na estrutura coronelista, mas sim um traço da política tradicional, que impera desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões diversas. A tendência é que esta desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem toda a população. Portanto, entende-se que o coronelismo foi um estágio de prática de mandonismo em que os "coronéis" recorriam ao poder estatal para o reforço de seus poderes locais. Entende-se que na espaço político da Baixada Fluminense, ancorado no desenvolvimento econômico colonial, ligado ao valor da posse da terra, no modelo de trabalho escravo e na completa assimetria de acesso à propriedade, consolidou a estrutura de poder local, através do mandonismo nas relações sociais. No que tange às estratégias de reprodução desta estrutura, estabelecem-se práticas que evidenciam a uma sociedade assimétrica, como o clientelismo, a patronagem e a recurso da coerção.

³ No período de 1779 a 1789 a população escrava correspondia a 54,6% da população da região da Baixada e na segunda metade do século XIX, os trabalhadores cativos totalizavam em 62% do total de habitantes da região. Pereira (1970, p. 12).

Figura 22: Estrutura de poder no espaço baixadense assentadas no modelo colonial



Adaptado de Alves (2003).

É importante ressaltar, a partir do esquema acima referente a matriz do poder desenvolvido na Baixada Fluminense, que o coronelismo representou a face do mandonismo nos espaços arraigados à condição de acesso desigual aos bens de produção, como nas locais onde predominaram uma estrutura monocultura latifundiária na produção econômica. O mandonismo hoje se mantém em espaços como na Baixada Fluminense, região marcada pelo processo de instalação das relações econômicas escravistas.

Outro conceito que contextualiza a estrutura de poder do mandonismo, e que por vezes é confundido no âmbito do poder local, é o clientelismo e que de maneira geral indica um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de emprego, vantagens fiscais, isenções em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (CARVALHO, 1999). Para Nunes (1999), o clientelismo desenvolve-se em um ambiente de descaso social, onde a escala nacional promove a evidência de traços de relações não modernas e aparece interligado a redes personalistas, relações pessoais, presentes em países periféricos. A partir de uma ótica que valoriza a máquina estatal promotora da lógica clientelista, Diniz (1982) entende que o clientelismo consiste em trocas políticas que se relacionam à estrutura democrática nas relações sociais, ou seja, o clientelismo como estratégia de poder envolve uma estrutura macro, não abrangendo somente a relação cliente - provedor de

benfeitorias. Essa estrutura macro evidencia a ação do Estado democrático como propagador desta estratégia, vinculada à reprodução da lógica representativa. (DINIZ, 1982). Sendo assim, o desafio do combate à relações antidemocráticas envolve a análise dos agentes de poder nas diferentes escalas de ação no campo da política onde "a prática clientelística extrapola, abordando um maior número de pessoas presentes em toda a estrutura da máquina, permitindo que as trocas sejam aprimoradas e perpetuadas por um longo tempo." (DINIZ, 1982, p. 123). Diante dessa perspectiva, Carvalho (1999) reforça a estratégia do clientelismo no desenvolvimento da política nacional:

De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo está vigente durante todo o período da história política do Brasil. Entretanto o clientelismo aumenta e diminui ao longo da história, enquanto o mandonismo está decrescendo nas últimas décadas. Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e na história recente do país, entendem simplesmente como clientelismo. Neste caso, esta relação dispensa a figura do coronel, pois acontece diretamente entre os políticos e parcela pobre da população. Os votos no Brasil sempre tinham donos, em uma determinada cidade normalmente estava direcionada para uma ou outra família. Tratava-se de um exacerbado tipo de Clientelismo Político, não se tratava de clientelismo. (Idem, p. 135).

Sob esta ótica que insere a prática clientelista ao jogo político nacional, Bahia (2003) associa o desenvolvimento dos mecanismos da democracia como elemento primordial das sociedades modernas ao desenvolvimento da estratégia do clientelismo, ou seja, as garantias do estabelecimento de estruturas como o sufrágio universal e da política representativa tendem a conviver com a prática clientelista como dispositivo inerente ao fenômeno político *per si*. Refuta-se, portanto, a perspectiva que acredita no clientelismo como traço de sociedades pouco avançadas no campo das relações políticas, com a predominância de assimetrias mais latentes no acesso ao bem comum. Segundo a visão de Putnam (2002) concernente ao clientelismo na política, este acredita na formação de redes que possuem o intuito de fortalecer as relações pessoais perante a instabilidade do jogo político, sobretudo nas sociedades em processo de aprimoramento da estrutura representativa, onde "as relações clientelistas são as únicas associações que se mostraram realmente eficazes numa sociedade civil internamente dividida há séculos e na qual as pessoas se unem não à base da mútua confiança, mas apenas quando obrigadas pela necessidade." (PUTNAM, 2002, p. 155). Sob a lógica de que as relações clientelistas envolvem interesses mútuos entre os integrantes da rede de favorecimentos, a estratégia de manutenção de currais

eleitorais necessariamente está vinculada a uma reprodução de assimetrias no espaço institucional (PUTNAM, 2002). Alves (2003, p. 102), ao analisar a história colonial no contexto baixadense, este autor evidencia a subordinação perante ao poder de trocas desiguais ancorados no modelo latifundiário assentado na região. Entre esta conjuntura ligada ao clientelismo,

implica no potencial autônomo dos estratos mais pobres da população, mesmo com a emergência dos regimes democráticos no final na segunda metade do século XX, quando há o ressurgimento do sistema pluripartidário, da democracia representativa e da maior ação dos organismos de defesa dos direitos civis que continuam a não garantir a eliminação de vestígios de autoritarismos aliados aos sistemas clientelistas.

Inserido no espaço institucional, o clientelismo irá se reproduzir em estratégias vinculadas ao assistencialismo, concernente ao local, ou melhor, ao reduto eleitoral do agente de poder. Dentro da lógica do desenvolvimento do espaço político da Baixada Fluminense, paralelamente à conversão de um espaço rural para a posterior integração urbano-industrial em torno das políticas do governo federal, a Baixada torna-se lócus de estratégias de poder ainda atreladas ao passado agrário colonial. Diante da consolidação do sistema representativo na política brasileira, o populismo tende a ser a marca principal e expressão máxima das estratégias de poder na busca de representação no espaço da emergente democracia nacional. Para Weffort (1980), o populismo no Brasil representa mudanças na estrutura da sociedade que buscava seu desenvolvimento a partir da inserção do modelo urbano-industrial e a modernização das estruturas democráticas de sufrágio universal.

O antagonismo eterno entre as elites e as classes produtoras seriam reproduzidos a partir do perfil do político populista e de suas práticas peculiares relacionadas à manutenção de uma estrutura desigual, como a compra de votos, a realização de comícios acalorados e o culto à imagem dos agentes políticos. (WEFFORT, 1980, p. 121).

Dessa maneira, o político populista representa o desenvolvimento de uma estrutura herdada do coronelismo, adquirindo nuances vinculadas à inserção das massas populares ao jogo político, mediante a prática do voto. Vincula-se, assim, essa configuração política à origem histórica, através da carência de assistência do Estado à população em geral no provimento de suas necessidades, que acabaram sendo providas por individuais, seja o senhor de engenho, o coronel ou o "político amigo". Entende-se, portanto, que o mandonismo enquanto estrutura de poder desenvolvida em um espaço marcado pela reprodução social colonial, potencializa

as práticas que reproduzem assimetrias no acesso ao bem comum e, conseqüentemente, na cidadania.

Retomando a análise sobre as estratégias de poder na Baixada Fluminense vinculadas ao contexto político nacional, destaca-se que a referida região sofreu inúmeras intervenções no âmbito do poder do núcleo federal de acordo com os diferentes regimes políticos então vigentes⁴. A partir desta relação com a capital nacional, favorece-se, nas respectivas conjunturas de governo, a instalação de estratégias de poder e à manutenção do controle de um espaço que se remete aos rincões nacionais, composta pela classe popular, vista como recorte estratégico para possíveis levantes em resistência aos preceitos da soberania nacional⁵. Veremos que em períodos de forte centralização do poder se consolidaram estruturas de manutenção de assimetria de direitos em municípios da Baixada, onde a ascensão de agentes ligados aos aparatos de coerção e cooptação na esfera local⁶, promoveu a reprodução da lógica coronelista na região da Baixada Fluminense e a emergência de lideranças na política local.

3.1.

A inserção da Baixada Fluminense na política nacional e os reflexos na estrutura de poder local

Espaço decadente da economia rural fluminense, a Baixada assumiu um papel secundário na estrutura política do Primeiro Reinado. A região não acompanhou o processo de modernização do setor produtivo, que fez da região do Médio Vale do Paraíba na porção do estado Paulista área de emergência econômica a partir da produção cafeeira. Esse quadro tornava a vida política da Baixada cada vez mais dependente da conjuntura da política estadual e ainda mais daquela do Distrito Federal.

Com a República, o café que havia deixado pouquíssimos vestígios nas terras da Baixada, tornara-se o produto em torno do qual articulavam-se os grandes fazendeiros, não só do estado do Rio, mas sobretudo nos estados dominantes do pacto oligárquico republicano. A crise agrícola do estado do Rio, a partir de 1890, não estava relacionada apenas ao fracasso da cafeicultura no Vale do Paraíba, mas

⁴ Veremos com maiores detalhes os reflexos das configurações políticas nacionais na Baixada Fluminense.

⁵ No contexto da ditadura estadonovista de Getúlio Vargas e do regime militar após o golpe de 1964 é notável a influência do poder central nos arranjos políticos locais na Baixada Fluminense.

associava-se às dificuldades de se construir uma economia sobre bases alternativas àquela do escravismo. (ALVES, 2003, p. 75).

A dependência de modelos vinculados ao padrão colonial, como o trabalho cativo aliada à antiga visão acerca do valor da terra, símbolo de poderio local e inalienável mesmo em função da improdutividade, deslocou os novos espaços produtivos para São Paulo, como exemplo mais bem acabado da nova lógica agrária nacional e da acumulação para o desenvolvimento da economia secundária.

Recorrendo a Abreu (1988), os processos de remodelação urbana da capital do estado, adequando o centro do Rio de Janeiro à função portuária de escoamento da produção cafeeira e da elite emergente cosmopolita, torna a região da Baixada Fluminense um espaço destinado à incorporação metropolitana. Alves (2003), por sua vez, aponta os desdobramentos das políticas urbanísticas na antiga capital federal a partir dos reflexos sentidos pela região da Baixada.

As novas funções do Rio só seriam possíveis com as novas funções da Baixada. O "solar" do Rio de Janeiro encontrava em seu "noir" definitivo uma Baixada afastada o suficiente das suas belezas naturais a ponto de não prejudicar o "boom" imobiliário e próxima o bastante para permitir o ir e vir diário do insubstituível trabalhador. Desse modo, diferente do que propunha recentemente um escritor, o "solar" e o "noir" existentes no Rio de Janeiro, incluindo aí a Baixada, não precisam ser unidos, como se fossem duas metades de uma metrópole partida. Eles sempre estiveram juntos, um definindo o outro numa integração-segregação inscrita no seu código genético-social. (ALVES, 2003, p. 56).

Diante das novas bases de uso urbano-industrial a serem conflagradas na Baixada, contexto explorado no primeiro capítulo, as relações políticas fluminense vieram a promover novas práticas dos governos estadual e federal transformando as relações com a terra na região a partir da competição entre o persistente uso agrário e a integração à política da urbana carioca.

Como vimos anteriormente, o período de Nilo Peçanha na presidência nacional converge para políticas que reavivaram a Baixada a partir da ação pública de saneamento das áreas pantanosas e alagadiças de sua planície e investimentos na citricultura em Nova Iguaçu. Dessa maneira, Nilo, o então presidente, consolidava uma relação fundamental com o poder local estabelecido, relação esta que Alves (2003) define como reafirmação da lógica da Baixada Fluminense com o promissor papel de reduto eleitoral. Retomando o tema da conversão de um espaço rural para a habitação via loteamentos populares na Baixada Fluminense, Soares (1962) destaca que

nas grandes unidades fundiárias que normalmente pertenciam a um único proprietário, foram colocados à disposição dos capitais metropolitanos pelo saneamento. Rapidamente passariam a resolver o problema da habitação para a população crescente, livrariam o pequeno poupador da desvalorização da moeda, salvariam os proprietários decadentes das hipotecas e das dívidas, realizando os sonhos de fortuna dos donos de companhias imobiliárias. (SOARES, 1962, p. 172).

Sendo assim, além de servir de um espaço de ocupação urbana de população de baixa renda, a Baixada se consolidará em um grande curral eleitoral de apoio à manutenção do poder fora do eixo São Paulo - Minas Gerais. Destarte, o valor da terra passa a assumir novas garantias de poder desenvolvendo disputas no bojo de ocupação de lotes por uma população de origem migrante nordestina, como retrata Beloch (1986):

Parte da migração que afluiu para a Baixada Fluminense era constituída de Nordestinos, escorraçados de suas regiões de origem pelas secas e pelo pauperismo, organicamente associado à iníqua estrutura fundiária e aos desequilíbrios regionais. Duque de Caxias, em 1960, quase 70% dos moradores locais eram naturais de outros municípios. (BELOCH, 1986, pp. 36 - 37).

Figura 23: Chegada de imigrantes de origem nordestina em Vila de Cava, Nova Iguaçu, década de 1960.



Fonte: Baixada Fluminense - Memória Fotográfica, 2014.

Segundo Alves (2003), a "corrida loteadora", a partir da intensificação da disputa dos incorporadores de terras e seu parcelamento para a ocupação habitacional promoveu a competição entre proprietários agrícolas e empresas loteadoras. Acerca das práticas de acesso a um maior volume de terras, "a principal estratégia de conquista e manutenção da propriedade foi o uso de jagunços armados e a resolução dos conflitos pela violência." (idem, p. 60). Na lógica do poder pela coerção na Baixada, figuras vinculadas ao mandonismo local emergem diante conjuntura socioespacial vigente na região. Natalício Tenório

Cavalcanti de Albuquerque, conhecido como Tenório Cavalcanti, ou o popular "homem da capa-preta", tornou-se o principal exemplo de agentes do poder local que se desenvolveram no espaço baixadense no período de integração urbana com o antigo Distrito Federal.

A construção da rodovia Rio-Petrópolis, que seria inaugurada em 1928 cruzando o núcleo urbano caxiense e o território do futuro município, provocava a valorização dos terrenos, fadada a intensificar-se assim que fosse saneada a parte ainda coberta por pântanos. Tempos mais tarde, desafiado a explicar a origem de sua fortuna, Tenório recordaria: "Com efeito, ajudando a construir, ao tempo de Washington Luís, a estrada Rio-Petrópolis, vendendo lenha e carvão, adquiri o dinheiro para comprar 43 lotes de terras". (BELOCH, 1986, p. 46).

Tenório Cavalcanti fez parte da rede que tornou a Baixada Fluminense em um núcleo de ocupação migrante e também participou diretamente do processo de disputas por loteamentos através do uso da violência como meio de defesa do interesse de terceiros e de suas posses de terras, "é certo ter sido ele um grande importador de nordestinos, muitos deles membros de sua extensa parentela, que viriam compor verdadeiro batalhão de empregados, como afirmava, ou esquadrão de capangas, como queriam os críticos." (BELOCH, 1986, p. 46).

Nos cartórios de Nova Iguaçu (...) as linhas divisórias de terras não eram traçadas com clareza. Violentas controvérsias entre interessados resultavam, quase sempre, em contendas à mão armada, onde não raro os "cabras" sucumbiam na espreita traiçoeira das emboscadas. (Palavras de Tenório Cavalcanti, *Jornal Luta Democrática*, 12/03/1971, p. 1).

Conhecido como um dos pistoleiros mais poderosos da Baixada, através de sua função de administrador de propriedades de terras, Tenório alcança a fama de agente de poder no município onde se estabeleceu, Duque de Caxias. Nesse contexto de aumento populacional na região baixadense e de disputas por posses de terras, resultantes da onda loteadora, que o popular homem da capa preta irá se consolidar como figura da política que extrapolará a escala local.

3.1.1.

A ascensão dos líderes na Baixada e a reprodução das estratégias de poder local: o espaço político de Tenório Cavalcanti

"O povo vê em Tenório, o seu filho amado e temido, o vingador, o que faz, com soberba audácia, o que eles, homens do povo, não ousam nem tem condições de fazer." (*Jornal Luta Democrática*, 11/09/72, p. 5).

A construção da figura do líder político em um espaço dotado de dimensões de precariedade de acesso à cidadania, como a Baixada Fluminense, revela a predominância de arcaísmos vinculados à raiz colonialista, favorecendo o lançamento de determinadas estratégias de afirmação do poder. A partir dessa premissa, buscamos em Claval (1979) as referências da consolidação do poder ao passo da evolução das organizações sociais e da instauração da democracia nas sociedades liberais. A figura do líder político na Baixada adquire traços da prática da coerção e da cooptação, mais evidentes no período da política nacional de Getúlio Vargas pós-1930. Nesse contexto, tem-se a emergência do centralismo do poder nacional e a retomada de estruturas coercitivas e arcaicas referentes à ditadura do Estado Novo de 1937, em que as diferentes escalas de ação assumem um caráter de busca de uma ideologia estável, na visão de Claval (1979), consolidando-se assim,

O aparecimento do privilégio dos fazedores de ideologias, estando ligado ao exercício do pensamento selvagem, às explicações fundamentadas nas analogias e nos símbolos de que os mitos são portadores e a ideia que expressam com frequência de uma ordem hierárquica universal. (Idem, p. 102).

O espaço político da Baixada Fluminense irá se consolidar a partir do desenvolvimento da política representativa em sufrágio universal, após a década de 1930 com o início da Era Vargas. Estabelece-se, dessa maneira, uma rede de influências ao modelo coronelista, onde de um lado, os chefes locais, detentores de recursos materiais, alteram a lógica representativa em favor da manutenção do poder estadual, e do outro, a situação política dominante no estado, que dispõe das receitas em grande volume, dos empregos, dos valores, da força policial, ou seja, dos recursos que garantem a perpetuação do poder local. Estabelece-se, assim, um espaço político "onde o favor e a violência serão simultaneamente empregados no controle dos dependentes, no convencimento dos recalcitrantes e na destruição dos inimigos". (ALVES, 2003, p. 77). Nesse contexto, a Baixada Fluminense passa a ser diretamente influenciada pelo núcleo político da ditadura varguista, onde os aparatos de coerção e de busca da ordem espacial unitária de gestão, rebatem no estabelecimento do poder local e na estrutura mandatária, como ocorreu com relação aos poderes de Tenório Cavalcanti no município de Duque de Caxias.

Na escala local, Beloch (1986), em seu estudo historiográfico sobre trajetória política de Tenório Cavalcanti no período do governo Vargas,

exemplifica os embates entre o futuro líder do antigo partido UDN (União Democrática Nacional) com os agentes da ordem institucional vigente, representado pelos secretários de segurança do município e delegados policiais da política ditatorial do Estado Novo.

Tenório haveria de protagonizar uma verdadeira guerra, sobretudo nos crescentes conflitos com os delegados da cidade, presupostos políticos de um governo que rompia com a prática da Primeira República, de deixar a escolha de delegados e o controle da polícia a cargo dos chefes políticos locais. (BELOCH, 1986, p. 84).

Figura 24: Tenório Cavalcanti como exemplo do poder local frente ao centralismo da ditadura de Getúlio Vargas



Fonte: Beloch, 1986

A Revolução de 30 e o golpe de 1937, instaurando o Estado Novo, produzirão mudanças nesse cenário político nacional e na escala regional baixadense, não pela ruptura com as práticas vigentes no coronelismo, mas pela relação que passará a estabelecer com as massas urbanas, convertendo a região da Baixada Fluminense em um dos principais redutos eleitorais nacionais. Paralelamente a essa conjuntura macro da política, ocorre a ascensão de figuras da arena pelo poder que tendem a reagir frente ao recrudescimento do centralismo da versão da ditadura de varguista, como Tenório Cavalcanti.

Nesse contexto da política nacional e com a conseqüente perda da influência da velha oligarquia rural fluminense, Tenório Cavalcanti emerge como um dos representantes da nova face da política local, calcada na personificação do poder a partir da violência. Será Cavalcanti que irá adicionar à antiga máquina coronelista a prática da coerção como estratégia de domínio ao seu pretenso curral eleitoral:

A violência foi sem dúvida a mais notória marca distintiva de Tenório. Seu nome ainda hoje é remetido imediatamente a tiros, pistolas e confrontos armados. A familiaridade com a violência, pode-se dizer mesmo um culto à violência,

incorporava a sua personalidade. (...) Durante 25 anos, desde que aportou a Duque de Caxias, até o assassinato do delegado Imparato, sua existência foi pontilhada de tiroteios, atentados, espancamentos, assassinatos, chacinas, muita bala, muito sangue, que conferiram à cidade a pecha de faroeste fluminense. (BELOCH, 1986, p. 66).

Diante da expansão demográfica da Baixada e a incrementação de seus reséctivos colégios eleitorais, Tenório garante expressividade no votos de seus simpatizantes, já formado em direito, retomando a carreira política, elege-se deputado estadual pela UDN, em 1947, recebendo dois terços da votação em Caxias, isto é 2.800 votos. As estratégias de projeção nacional, do "homem da capa preta" veio a garantir novos espaços de ação em defesa dos anseios "das populações miseráveis por que lhes compreende o martírio obscuro e a sensibilidade amargurada". (BELOCH, 1986, p. 65).

No seu bucólico sítio em Duque de Caxias, no centro de sua fundação - São José - Tenório atende diariamente a cerca de 100 pessoas, que o procuram para pedir comida, remédio, dinheiro e casa para morar. A Fundação São José abriga aproximadamente 10 mil pessoas em suas casas feitas de tijolos e construídas para acomodar as vítimas da enchente de 1958. Mantém, ainda, a escola Maria Tenório - nome de sua mãe - frequentada por cerca de 5 mil crianças carentes. (Jornal Luta Democrática, 14/03/59, p. 3).

Figura 25: Jornal Luta Democrática como instrumento do localismo político de Tenório Cavalcanti



Fonte: Jornal Luta Democrática, 1954

Figura 26: Notícia de primeira página do Jornal Luta Democrática em tom de crítica à gestão de Getúlio Vargas



Fonte: Jornal Luta Democrática, 195.

O assistencialismo como estratégia de poder típica dos municípios da região da Baixada Fluminense inseriu como agentes públicos as conhecidas “figuras ilustres” no ambiente social e em suas respectivas arenas políticas. Dentre os diversos “mandatários locais”, alguns se destacam devido a sua projeção enquanto agentes do poder que extrapolam a escala municipal. Tenório Cavalcanti tornou-se o principal representante do mandonismo local e da materialização do poder através da coerção e de práticas assistencialistas. Figura que integra os simbolismos e imaginários das representações da região da Baixada Fluminense, “Tenório reforçava sua fama de valentia e o ar de mistério que envolvia sua figura, elementos que habilmente explorava, portando sempre uma capa preta sob a qual disfarçava um colete de aço e a metralhadora que chamava de Lurdinha.” (GRYNSZPAN, 1990, p. 3). Diante dessa caracterização de Grynszpan (1990), inferimos que os elementos que constituem o poder instituído nos municípios baixadenses tendem a criar espaços e direitos particulares favorecendo aos que se integram a lógica patronal⁷, sobretudo no que concerne à consolidação e permanência dessa estrutura de poder local.

Pertencer a panelinhas e igrejinhas, contar com trampolins e cabides de emprego, pode ser decisivo (...). Assim, além de regular fluxos de bens e serviços, as relações pessoais e a patronagem podem, ainda, permitir, ou mesmo obstar, a circulação de pessoas não apenas no espaço físico mas, principalmente, no espaço social. (GRYNSZPAN, 1990, p. 3).

Partindo dessa premissa, as relações interpessoais que envolvem a prática política clientelista entre o ator político, ou melhor, o gestor do acesso ao bens, melhorias e serviços, no âmbito local, tendem a se contrapor à face impessoal, da moral da imparcialidade e dos códigos formais da política moderna (STIRLING, 1968 *apud* GRYNSZPAN, 1990, p. 25).

Tenório elegia-se deputado federal com 9.000 votos, triplicando sua última votação e ficava como quarto colocado entre udenistas fluminenses. A mecânica dessa máquina eleitoral tinha no clientelismo o combustível determinante na produção dos votos. O então advogado e deputado federal havia montado um escritório em cima da garagem de sua casa. Ali funcionava um serviço de atendimento que anos mais tarde seria composto por três secretários e 30 atendentes, que dividiam as filas por assuntos. como emprego, comida, documentos, problemas familiares.

⁷ Para Grynszpan (1990), a patronagem trata-se de uma relação interpessoal da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos. Trata-se de um vínculo pessoal, vertical, entre indivíduos de *status*, poder e riqueza diferentes, uma relação assimétrica que se expressa mesmo através de uma troca desequilibrada, com fluxos de natureza distinta.

Distribuindo favores com recursos para que Tenório vinham do seu patrimônio adquirido no período da construção da Rio-Petrópolis, mas que para seus opositores vinham do crime e das ações ilícitas, como a "proteção" aos cassinos e ao lenocínio na cidade, ou das irregularidades no cálculo do orçamento da prefeitura. (ALVES, 2003, pp. 87-88).

Os ganhos políticos com a promoção de mandatário local que Tenório buscava desenvolver, culminou nos efeitos de sua reeleição. Tenório obteria a maior votação entre os candidatos a deputado federal em todo o estado, totalizando 42.000 votos, o que era quatro vezes a sua votação anterior.

Mas, sem sombra de dúvida, o que mais favorecia Tenório era a explosão populacional da região que constituía sua base eleitoral. Os quatro municípios que compunha a Baixada, em 1962, já reuniam 30,6% do eleitorado fluminense; ficando Duque de Caxias com 10,4% do eleitorado do estado. (ALVES, 2003, p. 88, Grifo nosso).

Partindo dessas evidências, o "homem da capa preta" consolidaria sua base política à margem das grandes estruturas políticas já existentes. O "localismo" da construção de sua carreira política coincide com a manutenção de estruturas de dependência a uma população que tornou-se a "mola propulsora" para a atuação em novos espaços da política.

A figura política de Tenório Cavalcanti representa a consolidação de estruturas de poder sob estratégias que imperam até os dias atuais na configuração da gestão pública em municípios baixadenses⁸. Ao longo das mudanças das concepções políticas do eleitorado dessa grande periferia urbana que é a Baixada, a partir esquerdização do voto, instauram-se novas estratégias na escala municipal⁹. Partindo do âmbito da política caxiense as práticas do "personalismo (de Tenório) não era suficiente para torná-lo imune a essa mudança, mas capaz o bastante para adaptá-lo aos novos tempos. O golpe de 64 virá interromper esses processos de mudança no eleitorado e do político." (ALVES, 2003, p. 92).

A ditadura militar promoveu uma reestruturação política no poder local da Baixada tendo como principal objetivo a supressão e o enfraquecimento de movimentos sociais que existissem ou viessem surgir. Tornou-se recorrente a

⁸ Alves (2003) aponta diversos casos de corrupção da máquina pública de municípios da Baixada Fluminense. Atenção especial dá-se nos anos da década de 1990, período de redemocratização da política nacional e de avanços na transparência das gestões municipais. Caso da família Raunhetti em Nova Iguaçu, da gestão do prefeito Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca em Belford Roxo e de José Camilo Zito em Duque de Caxias.

⁹ Diante do avanço do trabalhismo na representação nas urnas, "as eleições de 1958 sinalizam de forma clara inclinação do eleitorado fluminense que somava 33% dos votos na legenda PTB." (ALVES, 2003, p. 90). Tenório alia-se ao movimento de esquerda ao se filiar ao PST (Partido Social Trabalhista e defender propostas favoráveis à causa operária e camponesa.

cassação de prefeitos e vereadores, fechamento e ocupação de câmaras e prefeituras, nomeação de agentes públicos interventores e imposição do situacionismo na política, polarizado pelo partido da Arena (Aliança Renovadora Nacional) em relação ao partido oposicionista o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), na gestão municipal.

3.1.2.

O regime militar e a configuração política da Baixada Fluminense

A interferência militar na Baixada Fluminense ocorreu de modo diferente de acordo com o perfil partidário que se instaurava nos respectivos municípios. A localização estratégica da Vila Militar, no bairro carioca de Deodoro, nas imediações da região baixadense, tornava as intervenções armadas mais eficazes na repressão a favor do situacionismo que emergia. Seria o período do aumento das práticas de coerção no âmbito local. O perfil ditatorial do regime de 64 trará para a Baixada Fluminense um reforço dos localismos acerca dos agentes de poder como elementos de manutenção do situacionismo arenista, culminando na emergência de novos agentes políticos¹⁰. Nilópolis viria a ser peça chave na nova configuração política. A cassação do prefeito João Cardoso em fevereiro de 1968, não será surpresa encontrarmos na primeira-secretaria da câmara e como depoente principal contra o prefeito dois primos-irmãos de Jorge David respectivamente Miguel Abraão e Aniz Abraão David¹¹. Iniciava-se, portanto, a conjunção entre poder familiar e contravenção que tornará Nilópolis o modelo mais acabado de controle político no período militar, como aponta Bezerra (2010),

até os primeiros desdobramentos do golpe de 1964 no poder local não se tinha uma concepção das famílias Sessim e Abraão enquanto um grupo político o que se passou a perceber com facilidade dos anos 70 para cá. A identificação dos Sessim com as forças que apoiaram a ditadura é o que constitui a base para a construção de

¹⁰ No contexto municipal baixadense, no município de Nova Iguaçu, dois ex-interventores, Joaquim de Freitas e João Lubanco, ganhariam as eleições. Mesmo que o vice, Lubanco, assumisse a Prefeitura, dois anos depois, pós a renúncia de Freitas, tudo transcorria na mais perfeita ordem. Em Nilópolis, Simão Sessim se tornará prefeito, tendo na presidência da câmara seu primo Miguel Abraão David. Enquanto Caxias prosseguia com seus nomeados, São João de Meriti se destacava pela eleição do único prefeito da oposição na região, Dezoniro Afonso, que, três anos depois, se veria às voltas com o Conselho de Contas dos Municípios e com a possibilidade de intervenção. As eleições de 1976 produziram algumas alterações no mapa eleitoral, mas conformavam o situacionismo e a nova estrutura política dominante na região.

¹¹ Abordarei o processo de consolidação do poder da família David no município de Nilópolis no sub-capítulo seguinte.

uma certa memória que atribui à "família" a força de um grupo político que estava emergindo. (Idem, pp. 23 - 24).

Com a lei 5.449, de 4 de julho de 1968 Duque de Caxias transforma-se em Área de Segurança Nacional, devido a sua condição estratégica de portadora de uma refinaria petrolífera, a Reduc, no distrito de Gramacho e ser um local de fluxos interestaduais a partir da rodovia Rio-Juiz de Fora. O município de Duque de Caxias será o mais afetado, no que concerne aos direitos políticos eletivos do executivo serem suprimidos com a intervenção militar. (ALVES, 2003).

Convém sublinhar acerca do novo contexto de acesso ao poder na escala local, com o advento da ditadura militar, o fato do intenso fechamento da gestão pública, promovidos pela carência de mecanismos que favoreçam a transparência na administração municipal, propicia uma excessiva burocratização da máquina pública neste período. As evidências de acusações sobre o mau uso dos recursos municipais em Nova Iguaçu e a aliança com lideranças políticas locais como forma de desvio de receitas, revelam a reprodução de conjunturas pré-regime militar.

O que se percebe nesses anos de interferência militar na política local é a produção de um rearranjo dos mecanismos de poder anteriores. Se no passado as máquinas clientelísticas partidárias estabeleciam um controle direto sobre a Secretaria de Segurança na nomeação dos delegados e, conseqüentemente, no controle das atividades ilegais (contravenção, lenocínio, jogatina, violência), agora, a ditadura militar assumiria para si esse controle. Contudo, a interferência direta na cassação de opositoristas vai cedendo lugar à mediação construída pela concessão da ilegalidade e dos mecanismos de repressão aos grupos vinculados ao situacionismo. Há, portanto, uma retomada, em outras bases, dos mecanismos que no pré-1964 tinham consagrado figuras como Amaral Peixoto, Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti. A diferença, porém estava na administração militarizada desses mecanismos, com destaque, sobretudo, para a atuação da Polícia Militar. (ALVES, 2003, p. 106, grifo nosso).

O perfil repressor do regime refletiu na escala local com o aumento da violência a partir do acionamento de mecanismos da Polícia Militar como forma de sufocar as rebeliões, o banditismo e promover a tomada do controle de atividades ilícitas¹². O resultado dessa conjuntura é a instauração de uma atmosfera de "insegurança e medo" por parte dos que viviam à margem da ilegalidade e do regime de exceção. Tornou-se corriqueiro os extermínios e execuções sumárias promovidos por agentes do poder policial ou desligados desta

¹² Alves (2003) aponta que esse processo de apoderamento de atividades ilícitas torna-se o embrião das conhecidas milícias que atuam nas áreas mais pobres da metrópole fluminense.

instituição. "A vinculação entre a Polícia Militar e o esquadrão da morte será apresentada pelos jornais, onde ficava patente a prática 'exterminadora' da polícia". (ALVES, 2003, p. 130). Na criação da figura dos "caçadores de bandidos", o aparato de defesa e segurança pública adquire a função de instalação do poder arbitrário e da institucionalização da violência. Os mecanismos arbitrários que representantes da segurança policial passam a se utilizar no período militar fazem surgir os esquadrões da morte. Este aparato ilegal possuía o intuito de reforçar a busca de novas formas de combate à possíveis atos ilegais na dimensão local, a partir da matança e outras medidas que remontam à estrutura da barbárie à favor de uma determinada "ordem local". O resultado dessa condição instalada no *corpus* do aparato de segurança pública foi a emergência de casos de extermínios de civis na Baixada.

O grupo de extermínio conhecido como "mão branca", formado majoritariamente por policiais militares desligados da corporação (ALVES, 2003), representou a ligação mais evidente entre o aparato de defesa instituída e às ações de "caça ao banditismo" sobretudo na Baixada Fluminense. A região baixadense torna-se representada pela atuação de "matadores" e espaço de execuções sumárias e de chacinas, como o caso da chacina da baixada, ocorrida em 2005¹³.

A cobertura dos noticiários locais e dos jornais de grande circulação sobre os casos de mortes na Baixada marcavam o momento que a região estava inserida no período militar. O caso da rua das Rosas tornou-se emblemático e marca o momento de formação da opinião jornalística em repúdio às ações dos esquadrões da morte na Baixada Fluminense e a solicitação pelo governo militar de intervenção direta do governador de estado em casos de violência policial na Baixada. (ALVES, 2003). A execução de dois rapazes no distrito de Vila de Cava, em Nova Iguaçu¹⁴, revela como o radicalismo nas ações de agentes da Polícia Militar, amparados por uma estrutura de poder nacional, que reforçava a repressão imbuídos por um posicionamento pró-conservador, enquanto a população mais das periferias viviam à margem dessas estruturas de poder instituído. Esse radicalismo, juntamente às sucessivas ondas inflacionárias referentes à crise

¹³ A Chacina da Baixada evidencia a permanência de práticas coercitivas na Baixada Fluminense, que tiveram destaque no período militar. Conhecida como a maior chacina do estado do Rio de Janeiro ocorrida entre os municípios de Queimados e Nova Iguaçu. A execução resultou em 29 vítimas provocadas por policiais militares contrários às deliberações de seu batalhão policial.

¹⁴ Noticiário do Jornal do Brasil 22/08/1974.

econômica mundial dos anos 1970, viriam a ser o fator que desencadeou descrédito da população nacional diante do regime dos militares. A intervenção militar no poder local da Baixada chegava, assim, ao seu fim radicalizando algumas de suas principais práticas, o terrorismo e a ilegalidade. No que concerne ao perfil das ações repressoras do período militar estes,

Voltavam-se contra os setores sociais, que pela primeira vez, ao longo de duas décadas, se insubordinavam frente o aparato de dominação montado para esfacelar as oposições e instalar seus aliados frente da máquinas clientelísticas e dos mecanismos ilegais de obtenção de recursos. (ALVES, 2003, p. 107).

A ditadura militar veio reprimir esses levantes contra a ordem estabelecida com o golpe, instituindo a censura, promovendo eventos culturais financiados por editais, tornando a escola um espaço com disciplina e rigor militares. Na esfera das políticas educacionais o governo ditatorial institui, como exemplo, a disciplina de Educação Moral e Cívica, como forma de desenvolvimento ideológico pró-regime.

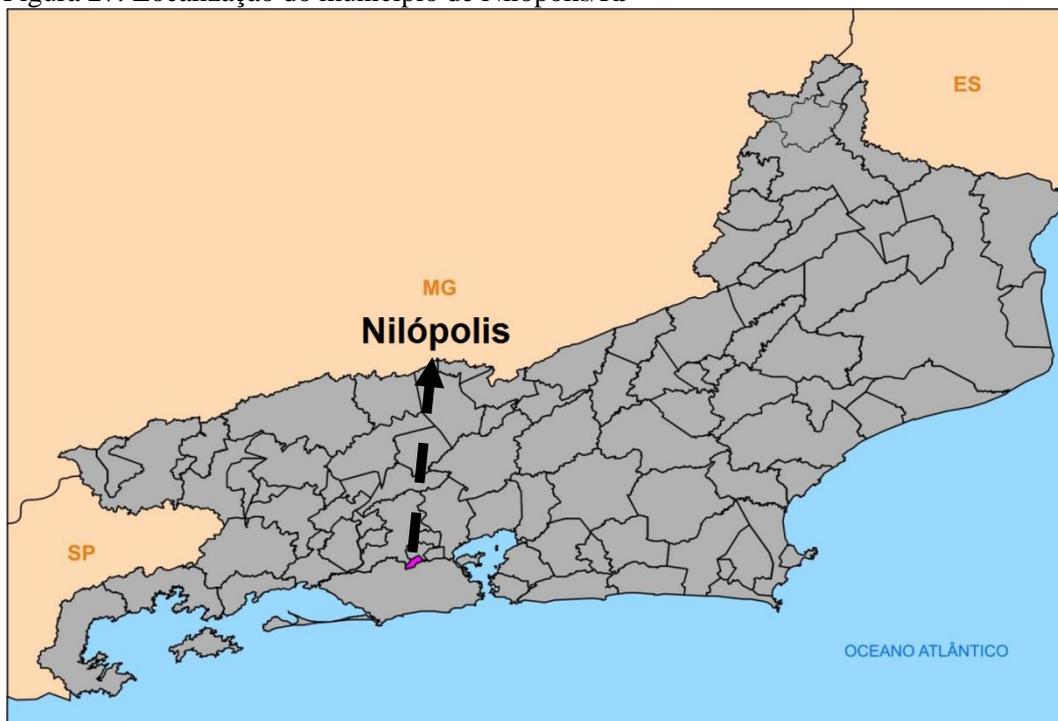
Os reflexos do poder ditatorial, no qual será focado a seguir, no recorte municipal de Nilópolis, revelam a consolidação da estrutura vinculada ao mandonismo local mediante às estratégias de manutenção do poder local no município de Nilópolis. Esse poder local será ancorado a partir do estabelecimento de dois ramos de famílias de grande influência no espaço político nilopolitano: o ramo dos Sessim David e Abraão David na construção de sua estreita relação entre a política, a contravenção, a coerção e o assistencialismo na escala municipal. Veremos com mais detalhes a seguir.

3.2. Nilópolis: a construção do poder familiar

Cresci, e em todos os momentos da minha vida mantive como regra número um a solidariedade entre as pessoas. Busco me manter fiel a essa regra, e quem me conhece bem pode me julgar. Hoje, nos meus 74 anos de idade, conto com uma experiência que me dá a certeza de que, ao dedicar boa parte da minha vida à Beija-Flor de Nilópolis e às crianças de minha cidade, fiz o que era certo. Quando encontro inesperadamente um rapaz que estudou no Educandário Abrão David, ou uma criança que estudou na Creche Julia Abrão David, entendo que por intermédio de minha mãe me foi dada uma missão. (Aniz Abrão David, Revista Beija-Flor, 2012, p. 4).

Como estudado no primeiro capítulo desta dissertação, o município de Nilópolis originou-se como antigo distrito do município de Nova Iguaçu, e por localizar-se nas imediações das antigas freguesias do subúrbio e da atual urbe carioca constituiu-se ao longo do tempo como um município-loteamento, o que veio a reforçar a política de emancipação já no início da década de 1940. A antiga fazenda São Matheus, que deu origem ao município, tinha visto crescer um povoado a sua volta devido aos fluxos de mercadorias com o bairro carioca vizinho, Pavuna. Diante das políticas do nascente governo republicano brasileiro, Nilópolis veio a ser beneficiado através das melhorias dos aparelhos urbanos, como a disseminação das obras de saneamento para a Baixada Fluminense. De uma pequena vila, com marcas de um passado agrário-exportador, Nilópolis viria a se constituir em um pequeno município e uma das maiores concentrações de urbanas do estado do Rio de Janeiro, resultante do processo loteador que vinha a integrar o interior da planície da Guanabara à dinâmica urbana carioca.

Figura 27: Localização do município de Nilópolis/RJ



Adaptado de SEBRAE/RJ, 2011.

Retomando a Freitas (2000) e seus estudos acerca da evolução da malha de transportes urbanos, esta vinha a integrar a atual RMRJ, com a instalação da

Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, onde será construída uma estação no atual município baixadense, chamada de Engenheiro Neiva, em lembrança às políticas de urbanização no local no início do século XX, na presidência de Nilo Peçanha. A antiga vila de São Matheus, após a emancipação, também é nomeada em homenagem às ações urbanísticas nilistas e a própria propaganda dos agentes imobiliários e proprietários de terras, ao remeterem ao local um espaço vinculado às ações de desenvolvimento das políticas públicas de saneamento da gestão de Nilo durante seu mandato republicano.

Historicamente, o município de Nilópolis, enquanto formação de um espaço político característico da Baixada Fluminense, confunde-se com trajetória das famílias Sessim David e Abraão David, de ascendência libanesa. Nas palavras do principal patriarca da família David, Aniz Abraão David: "Viemos juntos, com o propósito de vir pra cá, pra Nilópolis. Chegando aqui, não encontramos nada, mas desse vazio nasceu Nilópolis! Basicamente da força de nossas mãos." (Revista Beija-Flor, 2012, p. 2). As palavras da figura que simboliza o poder familiar no âmbito municipal, popularmente conhecido como Anísio da escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, exemplifica a construção do poder local, que tornou-se aliado à conjuntura política do período ditatorial, abordado no subcapítulo anterior, firmando estratégias de projeção na escala municipal ancoradas no seio familiar.

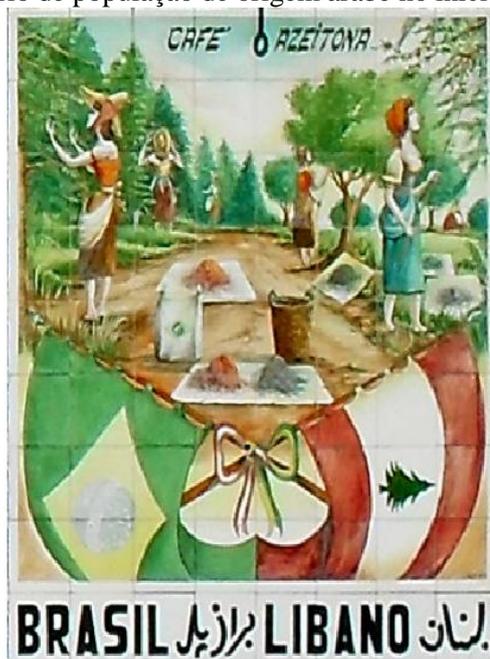
A instalação das famílias de origem libanesa - os Sessim David e Abraão David - na então vila de Nova Iguaçu e a identidade construída ao longo do surgimento de suas lideranças políticas, desenvolve-se mediante à construção de mitos e de personificação da figura dos "turcos", como eram comumente denominados. Dessa maneira, a instituição familiar representa a figura de reprodução do poder no contexto municipal de Nilópolis. Sobre o desenvolvimento do mito na construção do poder familiar, Bezerra (2010) aponta que o mito do mascate associa-se à trajetória das famílias de origem libanesas, ligadas às atividades comerciais no Brasil.

A força do mito reside em sua capacidade de despertar sentimentos, fazê-las repensar em suas próprias trajetórias (...) a partir dos discursos que supervalorizam as qualidades pessoais, como no caso da mobilidade social que as famílias de raízes libanesas tornaram-se concretas no contexto da Baixada Fluminense, os exemplos tendem a se manter na figura dos David em Nilópolis. (Idem, p. 73).

No conjunto de famílias libanesas em Nilópolis, Bezerra (2010) defende que suas atividades comerciais na Baixada Fluminense tornaram-se o elemento central da construção da identidade dos dois ramos familiares, cabendo à memória e os registros sociais reproduzirem novas personagens que se aliam à política municipal.

A comunidade libanesa, em torno de suas atividades comerciais, desenvolveu em Nilópolis, o setor comercial ligada ao varejo de utensílios diversos, como aponta Nogueira (2009). A rua Mena Barreto, na área central de serviços nilopolitano, conhecida popularmente como “Rua dos turcos” foi se desenvolvendo a partir da instalação de estabelecimentos comerciais, entre eles: alfaiatarias, sapatarias, lojas de móveis, bares, açougues, armarinhos, entre outros.

Figura 28: Ícone que simboliza a união Brasil e Líbano no contexto do movimento migratório de população de origem árabe no início do século XX



Fonte: Baixada Histórica, 2009.

Figura 29: Típico mascate vendendo mercadorias nas ruas do Rio de Janeiro



Fonte: Memória viva, 2014.

A população libanesa se estabeleceu em número expressivo em Nilópolis devido ao desenvolvimento da integração comercial com o atual município do Rio de Janeiro e o incremento da ocupação na Baixada Fluminense. Representantes dessa nacionalidade em Nilópolis viriam a se consolidar no local diante da projeção de seus empreendimentos, ou prestando serviços à população pobre da Baixada. No contexto da família libanesa como lócus do desenvolvimento da elite política local e do poder no recorte municipal, a partir do contexto político do regime militar, será explorado a seguir.

3.2.1.

As estratégias do poder familiar no contexto da ditadura militar

Recorrendo à perspectiva da geografia política, o poder tende a se projetar perante a formação de agrupamentos sociais com interesses comuns e integrar-se em instituições formais de organização social, como a máquina pública, esta sendo o exemplo mais bem acabado de instituição política onde busca-se a legitimação do poder local por determinado segmento da sociedade. "Neste sentido, a família, a escola, a religião são instituições, assim como o são as instituições políticas e judiciárias, além daquelas voltadas para normatizar a produção. Em sentido amplo, as instituições designam *as regras do jogo numa*

sociedade.” (CASTRO, 2003, p. 13, grifo do autor). Sendo assim, os embates de interesses de determinados grupos sociais, em que a arena política se assenta, irá ser definido a partir da institucionalização do poder diante de "assimetrias na posse dos meios e nas estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas dessas estratégias”. (CASTRO, 2010, p. 95). Partindo dessa concepção, o estabelecimento de representatividade em um espaço político é o pressuposto básico para a consolidação territorial e a garantia do poder local nas sociedades pautadas na democracia moderna.

Na tabela a seguir destacamos os nomes dos executivos de Nilópolis que representam a projeção do poder familiar na máquina pública municipal. O primeiro prefeito, João Moraes Cardoso Júnior tornou-se padrinho político de Jorge David, irmão do contraventor Aniz Abraão David, como aponta Bezerra (2010). Identifica-se que no período militar há a predominância do referido cargo sob exercimento de entes diretamente ligados ao ramo das famílias Abraão e Sessim David. Na arena política municipal, as forças ligadas ao trabalhismo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e no contexto de reabertura política nacional, o PDT - Partido Democrático Trabalhista - representam a face da resistência ao poder das famílias de origem libanesa no município, ligadas ao conservadorismo da UDN (União Democrática Nacional) e da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), no contexto do regime ditatorial militar. Os ex-prefeitos Manoel da Silva Rosa, conhecido como Neca e José Carlos, juntamente ao atual prefeito municipal, Alessandro Calazans, formam o polo oposicionista ao predomínio dos David no espaço político nilopolitano.

Tabela 1 - Prefeitos eleitos no município de Nilópolis¹⁵

1947 a 1951	<u>João Moraes Cardoso Júnior</u>
1951 a 1955	Egídio Mendonça Thurler
1955 a 1959	João Moraes Cardoso Júnior
1959 a 1963	Alfredo de Almeida Alentejano
1962	Thales de Couto (vice-prefeito em exercício)
1963 a 1964	Eracydes Lima de Carvalho
1964 a 1966	João Batista da Silva
1966	Zélio Sabino Barbosa (vice-prefeito em exercício)
1966 a 1967	Francisco Gonçalves Figueira (interventor)
1967 a 1970	João Moraes Cardoso Júnior
1970	Gilberto Castro Rodrigues (vice-prefeito em exercício)
1971	Reinaldo Doile Maia (interventor estadual)
1971 a 1973	Sérgio Cardoso
1973 a 1977	<u>Simão Sessim</u>
1977 a 1981	<u>João Batista da Silva</u>
1981 a 1982	Zélio Sabino Barbosa
1983 a 1988	<u>Miguel Abraão David</u>
1988 a 1992	<u>Jorge David</u>
1992 a 1996	Manoel da Silva Rosa
1996 a 2000	José Carlos Cunha
2000 a 2008	<u>Farid Abraão David</u>
2008 a 2012	<u>Sérgio Sessim</u>
2012 (...)	Alessandro Calazans

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

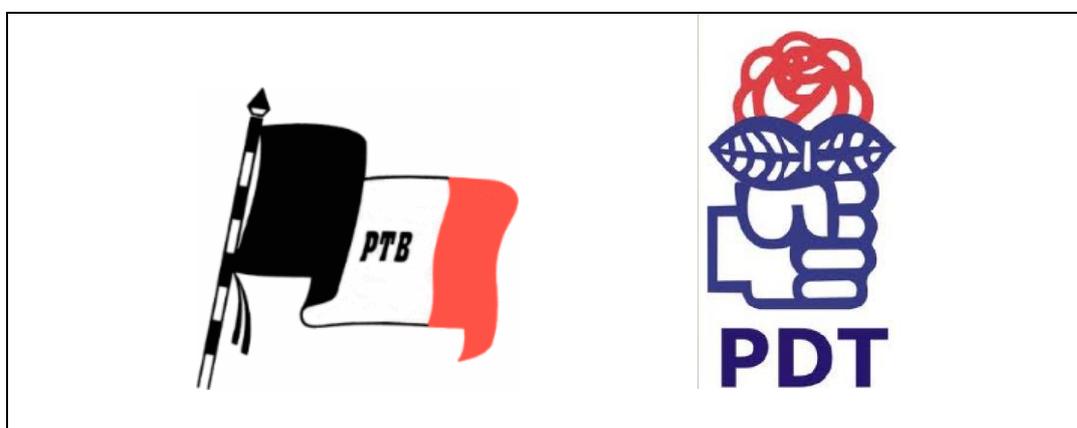
¹⁵ Os nomes grifados na tabela representam os agentes do executivo ligados ao poder familiar dos Sessim David e Abraão David.

Figura 30: As forças político-partidárias conservadoras no município de Nilópolis



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

Figura 32: Polo partidarista de oposição à elite política municipal nilopolitana



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

Identifica-se na tabela 2, o predomínio do poder familiar na gestão municipal de Nilópolis, construído a partir de conjunturas ligadas às redes pessoais que integravam representantes da família no espaço político, sobretudo as forças político-partidárias que buscavam a consolidação do conservadorismo udenista, durante o período pré-golpe de 1964, e arenista no contexto da ditadura militar (figura 31).

Entre as forças políticas nilopolitanas representadas pela família Sessim, especificamente na figura do doutor Jorge David, articulam-se à integração no sistema representativo estadual, no período pré-ditatorial. Em 1962, Jorge David conseguiu se eleger deputado estadual no antigo estado do Rio pela UDN, partido sem grande representação em Nilópolis, no contexto de ascensão do trabalhismo varguista. (BEZERRA, 2010). A profissão de médico teria favorecido seu ingresso na carreira política, na medida em que conquistou popularidade

trabalhando numa região que apresentava enorme precariedade nos serviços de saúde, e isto em associação com um estilo de fazer política baseado no intercâmbio de favores:

Meu irmão precisava de uma base para se apoiar e poder enfrentar a oposição ligada ao partido trabalhista. Assim, nas suas funções de médico no centro de Nilópolis, Jorge atendia a todos, não levando em conta a condição social, nem ao quanto poderia pagar. Era o momento de fazer nome na política e ampliar os horizontes na melhoria das condições dos que fazem parte de nossa história de vida em Nilópolis. (Revista Beija-Flor, 2009, p. 7).

Além da estratégia assistencialista apontada pelo atual presidente de honra da Beija-Flor de Nilópolis, o Anísio, a ascensão política das famílias Sessim e Abraão ancoram-se na atuação de seus principais representantes como colaboradores dos militares na perseguição aos inimigos políticos do regime ditatorial brasileiro.

Freitas (2000) evidencia o episódio da política nilopolitana em 1970 que pode se relacionar com a tomada dos poderes institucionais do regime ditatorial para a escala local, mediante a conjunção de interesses entre o ramo dos Sessim e o ramo dos Abraão. Trata-se do processo de *ipeachment* do prefeito João Cardoso, político muito influente na localidade e que havia sido eleito para o cargo pela terceira vez em 1967. Naquele momento, dois representantes da família exerciam mandatos políticos pela ARENA: Jorge David, no legislativo estadual; e Miguel Abraão, o irmão mais velho de Anísio Abraão David, no legislativo municipal. O controle da máquina pública municipal no contexto do regime militar veio a favorecer a ampliação do poder mediante estratégias que vão desde a cooptação¹⁶, a coerção¹⁷ e a manutenção de atividades ilícitas¹⁸ a partir da então estrutura política nacional pós-1964.

É importante assinalar que os indícios de desvio de dinheiro público, emprego de parentes como funcionários "fantasmas" e o uso de bens públicos em função de interesses particulares eram práticas que só aconteciam mediante o controle das principais fontes de recursos na esfera municipal. Daí o empenho dos Sessim, em

¹⁶ Além de seu irmão, o antigo deputado estadual Jorge David, promover ações assistencialistas como médico no município, Anísio construiu seu poder mediante a instalação de centros educacionais, como veremos ao longo deste capítulo.

¹⁷ Bezerra (2010) evidencia fatos sobre a formação de braços armados à favor da manutenção de atividades ilícitas como o jogo do bicho por Anísio Abraão David. O caso Misaque-Jatobá que envolvia o ex-contraventor no assassinato de suspeitos de violarem sua casa em Niterói é o contexto explorado pelo autor.

¹⁸ Anísio construiu seu poder local a partir de práticas como banqueiro de jogo do bicho. Veremos que a conjuntura política da ditadura favoreceu sua expansão na contravenção em Nilópolis e em outros municípios da Baixada.

conjunto com os Abraão para afastarem do cenário político concorrentes que não haviam sido retirados pela interferência militar. (BEZERRA, 2010, p. 30).

A instituição jurídico-política municipal torna-se um elemento fundamental para a consolidação do poderio local. Como exemplo, o professor e advogado Simão Sessim, primo de Anísio Abraão, veio a ser nomeado Procurador-Geral de Nilópolis, entre 1971 e 1972, afastando-se do cargo provavelmente para lançar-se candidato a prefeito nas eleições de 1972. A projeção de Anísio Abraão, amparado pelos dispositivos da lei que era ocupado por um dos representantes de sua família, marca um novo período na organização do jogo do bicho não só em Nilópolis, mas em toda a Baixada Fluminense. "Anísio, como ficou popularmente conhecido antes de sua entrada na contravenção, era filho de comerciantes libaneses estabelecidos no ramo de armarinhos e tinha forte ligação com os moradores da localidade onde se criou." (FREITAS, 2000, p. 67).

A organização do jogo do bicho em bases familiares foi um fator central para o fortalecimento dos negócios chefiados por Anísio. A partir das considerações de Marcos Alvito sobre o modo de operação das quadrilhas de traficantes cariocas, temos uma boa referência para pensar a organização do jogo do bicho na ilegalidade levando em conta a necessidade dos contraventores lançarem estratégias específicas para o cumprimento de suas funções organizacionais básicas, como a comunicação, a tomada de decisões, o reconhecimento de autoridade e a escolha de lideranças. A impossibilidade de vincular os membros da organização por meio de relações contratuais formais, assim como estabelecer a hierarquia em estatutos legais, torna o parentesco direto uma via importantíssima para a transmissão de poder, sendo complementado pelo parentesco indireto, por sua vez, baseado em relações de afinidade que também passam a fundamentar uma série de laços para a expansão de negócios ilícitos. (BEZERRA, 2010, p. 36).

Na reportagem do jornal *O Globo* a seguir, evidencia-se a rede de relações do jogo do bicho em Nilópolis, aliada à lógica da ilegalidade e as estratégias de manutenção das atividades no município:

Com sua tropa de 'amigos', Aniz Abraão promove a montagem da jogatina em seu ninho. Curioso entender como o jogo do bicho sobrevive à margem da ordem do regime e contribui para a criação do banditismo e da indigência em um lugar onde as injustiças se reproduzem, fazendo do povo um mero espectador e vítima da contravenção da Baixada¹⁹.

A concentração dos pontos em suas mãos e a verticalização da organização que passou a chefiar teve relação direta com os desdobramentos da interferência militar que se acentuou na região entre 1968 e 1972, "quando começaram a

¹⁹ Jornal O Globo, 02/08/1987.

prender os bicheiros, muitos foram abandonando, e aí o Anísio foi tomando conta de tudo. Segurou todo o jogo e foi expandindo suas bancas." (BEZERRA, 2010, p. 36).

A ascensão de Anísio no jogo do bicho, por um lado está associada a uma iniciativa pessoal em que se destacam as estratégias do contraventor devido à ilegalidade da prática e da repressão do regime militar. Porém, evidencia-se a manifestação de um extraordinário senso de oportunidade associado ao novo contexto político que havia se afirmado. Anísio teria percebido o temor dos antigos banqueiros da região diante da possibilidade de serem presos como a chance para promover a expansão de seus negócios, já que podia contar com a cobertura de políticos situacionistas no período militar com os quais tinha vínculos de parentesco.

O fator "cobertura política" se torna central na organização do jogo do bicho pela necessidade de articulação de um sistema de proteção policial para que os agentes subordinados ao banqueiros possam operar as atividades dos jogos num clima de estabilidade. (BEZERRA, 2010, p. 38).

Magalhães (2005), em seu estudo historiográfico acerca do jogo do bicho no núcleo carioca entre 1890 a 1960, dá pistas de como a prática do jogo ganhou características de um espaço periférico, à medida que a organização caiu na ilegalidade na década de 1940:

O jogo do bicho garante, assim, um tom de resquício da vadiagem, da malandragem e da resistência à política progressista. São nos subúrbios que o jogo do bicho irá sobreviver, blindada por agentes que promoviam a ordem nos espaços empobrecidos da periferia. Assim, o jogo do bicho é incorporado ao imaginário social da ilegalidade e da insegurança, alcançando os espaços periféricos do estado do Rio de Janeiro. (Idem, p. 123).

Indícios da formação de uma polícia particular a serviço do chefe de organização do jogo do bicho em Nilópolis se manifestam a partir da projeção da face da coerção do patrono da escola de samba Beija-Flor. O Jornal *O Globo*²⁰ aponta que depois dos incidentes em Piratininga, evidencia-se as relações do contraventor Anísio Abraão ao chefe de uma polícia particular, composta por policiais e ex-policiais.

Em Piratininga o incidente que envolve o nome do bicheiro Anísio da Beija-Flor, ao encontrar os serventes de obras Misaque e Jatobá mortos a tiros na casa de veraneio do contraventor com balas de fuzil oriundas de armas oficiais da Polícia

Militar contribuem para revelarmos a relação entre a jogatina e os serviços de braços armados em defesa de interesses pessoais. Jornal O Globo. 14 de agosto de 1991.

Figura 32: Repercussão do caso "Misaque-Jatobá" no jornal O Globo evidenciando a face da coerção do poder familiar em Nilópolis



Fonte: Memória O Globo, 2014.

Conclui-se, assim, que além de conseguir estabelecer relações com o poder local, a partir de laços de parentesco com os agentes políticos no período ditatorial, Anísio lança mão da estratégia da força para a manutenção da estrutura de poder sob a sua tutela simbólica, ao manter redes de influência não só no âmbito instituído de poder, mas nos aparatos ilegais de controle social²¹. Retomando à perspectiva de Magalhães (2005), no que se refere aos códigos de organização do jogo do bicho, a instalação de pontos de apostas prescinde o uso de um espaço controlado pela ilegalidade, o que força a manutenção de estruturas verticais e instáveis:

²¹ Dentre os aparatos de poder o uso de policiais em defesa dos seus interesses são identificados.

Se por um lado, a inexistência de uma organização centralizada para o comando do jogo do bicho na cidade permitia que sujeitos bancassem o jogo por conta própria, por outro esta loteria continuou reproduzindo hierarquias, isto é, aqueles que vendiam bilhetes nas ruas como empregados dos comerciantes legalmente estabelecidos, apenas agregaram mais um produto ao seu balaio. (Idem, p. 85).

Queiroz (1992) entende que a disseminação da organização do jogo do bicho, acompanhando o crescimento da mancha urbana, passa a integrar as relações sociais do trabalho, em que se define a centralização do controle pelo banqueiro, conhecido como bicheiro, de um determinado ponto de apostas a partir do volume de investimentos na banca e da eficiência do aparato de defesa de seus empreendimentos no referido jogo de azar.

Do ponto de vista simbólico, a figura do bicheiro adquire dimensões de poder referentes às práticas ilícitas e, conseqüentemente do uso da força como estratégia de sobrevivência à margem dos marcos legais. A posse de instrumentos de defesa de seu empreendimento de jogos de azar marca o universo da ilegalidade, determinando a posição de poder a partir da formação de uma rede que prive pela eficiência dos agentes a serviço do contraventor, através da manutenção dos pontos de apostas. Assim, "a fama de crueldade que ostentam contando para um ou outro os casos de violência que praticaram, e assim tais histórias vão se espalhando a ponto de constituírem a atmosfera de medo que envolve o mundo subterrâneo do jogo do bicho." (BEZERRA, 2010, p. 44).

Com o sucesso na montagem do jogo do bicho que passou a extrapolar a escala municipal²², Anísio passou a se integrar à já conhecida estratégia do assistencialismo, como forma de fortalecer suas redes diante do período do governo "linha-dura" do General Médici. "A capacidade dos banqueiros do jogo do bicho em oferecer ajuda pessoal no âmbito de local de investimento, assim como o patrocínio para atividades comunitárias foi estratégica na organização das atividades do jogo do bicho na ilegalidade." (MAGALHÃES, 2005, p. 47).

A aproximação de Anísio Abraão David com a escola de samba Beija-flor de Nilópolis torna emblemática a estratégia de projeção do poder da família às instâncias que promovem a festa popular. O vínculo deste com a agremiação inicia-se com a eleição de seu irmão Nelson Abraão David a diretor da escola em 1972. (BEZERRA, 2010). É nesse período que se investem em enredos voltados à

²² Segundo Bezerra (2010) Anísio mantinha pontos de apostas na região oceânica de Niterói, local de veraneio do ex-contraventor.

exaltação da conjuntura política nacional da ditadura militar e as sucessivas vitórias no carnaval carioca.

Arrancara, assim, a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis do 2º grupo de escolas de samba do Rio, onde apresentava os enredos de exaltação à revolução militar e à Arena, e financiará com milhões de cruzeiros sua consagração na vitória de 1977, no 1º grupo, com a celebração do jogo do bicho no enredo, "Sonhar com Rei dá Leão", sob a direção do carnavalesco Joãozinho Trinta. Engajava-se agora sem qualquer comedimento, na política, para eleger seus primos Simão Sessim e Jorge David, que se tornariam, respectivamente, deputado federal e estadual, o primeiro com quase 50 mil votos e o segundo tornando-se líder do PDS na assembleia legislativa. Além disso, num gesto de retribuição, apoiou a candidatura vitoriosa do delegado Péricles Gonçalves, pelo PMDB, que anos antes recebera elogios das associações comerciais da região pela sua "guerra vencida contra o banditismo". Assim, Anísio expressará uma outra fase de relação da contravenção com a política. (BEZERRA, 2010, p. 49).

A partir desse pressuposto, o poder familiar garante novas nuances na representação de Anísio, como personagem ligado às práticas ilegais, porém capaz de estabelecer vínculos com a população local, consolidando-se a partir do envolvimento dos banqueiros do jogo do bicho ligados ao ramo dos Abraão David com a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis.

A escola de samba nilopolitana, com a tutela do novo Presidente de Honra, garante a sua ascensão à elite de carnaval definindo um espaço de mediação entre a lógica do jogo do bicho e a ordem político-institucional, logo assim que Nelson Abraão assumiu a diretoria ocupando o cargo de Presidente Administrativo. Quando Nelson Abraão David assume a direção da Beija-Flor através de um processo eleitoral interno realizado em 1972, a preparação para o carnaval do ano seguinte passa a ser orientada pela definição do tema de enredo vinculado à propaganda oficial das realizações do governo militar. (FREITAS, 2000, p. 54).

Figura 33: Palco da quadra de ensaios da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis



Fonte: Sítio institucional da agremiação, 2014.

O caso da Beija-Flor tem sua particularidade pelo fato da agremiação ter se tornado um instrumento político a serviço dos representantes diretos do poder familiar, como aponta Bezerra (2010). O estabelecimento de sua base social em Nilópolis, não somente vinculada à tutela da agremiação do município, porém nas políticas de assistência à população com a fundação da Creche Julia Abraão David, em 1978, fazendo referência à matriarca da família e do Educandário Abraão David, em 1987, revelam como a máquina eleitoreira reproduz estratégias de manutenção do poder e a consolidação de redes de influência, definindo espaços políticos e sociais à quem se integra a essa lógica personificada. Grynszpan (1990), aponta que relação no universo desigual de acesso a bens e de exercício da cidadania promove a emergência do poder patronal, que favorece

(...) uma relação através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos. *Trata-se de um vínculo pessoal, vertical, entre indivíduos de status, poder e riquezas diferentes, uma relação assimétrica que se expressa mesmo através de uma troca desequilibrada, com fluxos de natureza distinta.* De um lado feriamos, por exemplo, proteção, emprego e auxílio em ocasiões diversas e, de outro, deferência, lealdade, serviços variados e mesmo – ou principalmente, diriam alguns – votos. (GRYNSZPAN, 1990, p. 1. Grifo nosso).

Figura 34: Aniz Abraão David em inauguração da Creche Julia Abraão David em Nilópolis



Fonte: Jornal Cidade, 1987.

Figura 35: Festividades na creche Julia Abraão David - A esquerda o ex-deputado estadual Simão Sessim, a direita o ex-prefeito Farid Abraão David



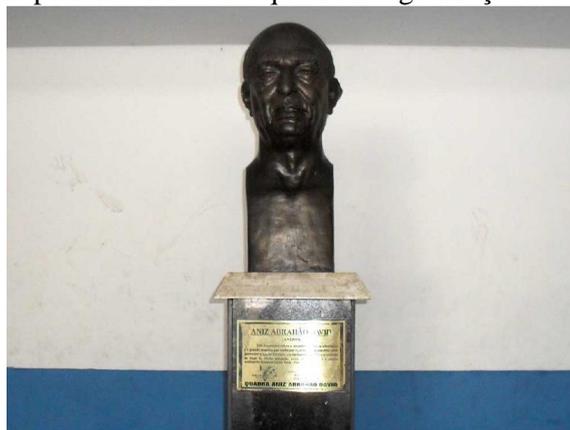
Fonte: Nilópolis em foco, 2014.

Figura 36: Capa da revista da agremiação carnavalesca de Nilópolis, exaltando as ações assistencialistas da família David



Fonte: Revista Beija-Flor, 2003.

Figura 37: Busto do presidente de honra da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis na entrada da quadra da agremiação.



Fonte: Sítio institucional da agremiação, 2014.

Partindo dessa ideia, as relações interpessoais que envolvem a patronagem no espaço político corre o risco de institucionalizar, convertendo-se em mecanismos de gestão dos direitos no âmbito local, tendendo a se contrapor à face impessoal, da moral da imparcialidade e dos códigos formais da política moderna. (STIRLING, 1968 *apud* GRYNSZPAN, 1990, p. 25).

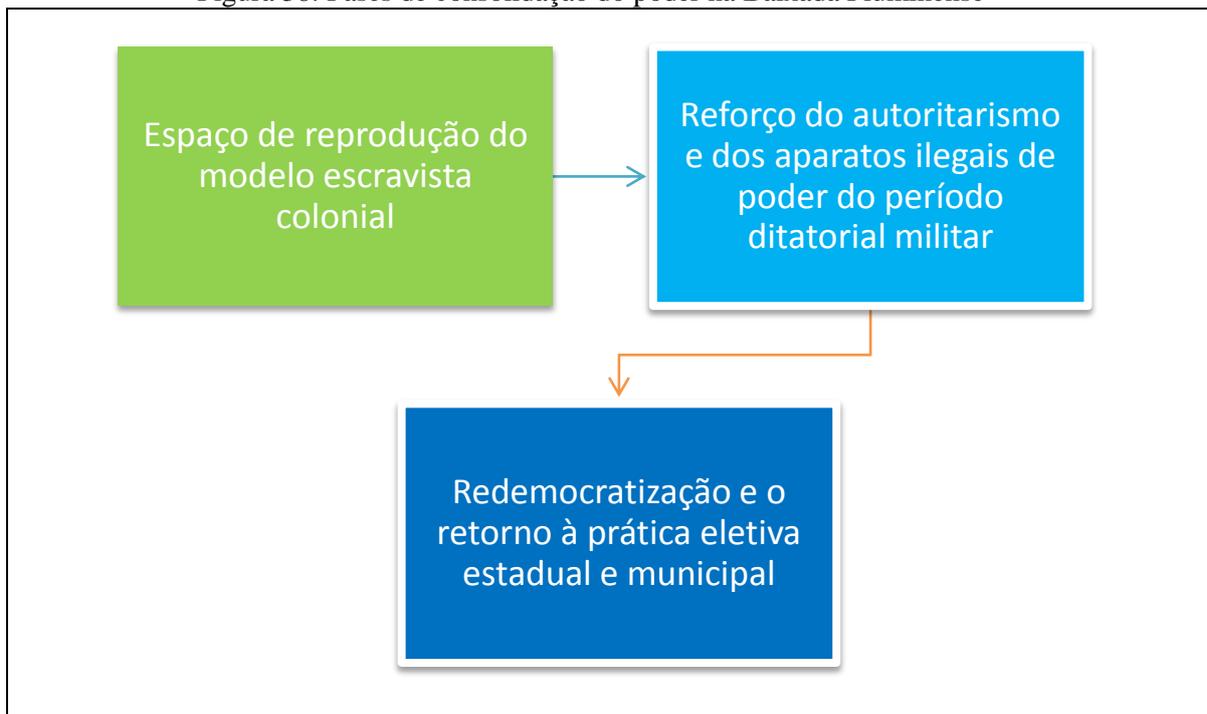
A patronagem como prática política na região da Baixada Fluminense revela estruturas de poder local vinculadas à condição de periferia e suas representações características (pobreza, violência, serviços públicos precários, entre outras). Sobre as estruturas de poder instituídas na região, determinadas estratégias de atores sociais se fazem importantes para a consolidação e reprodução das práticas políticas ligadas ao conhecido coronelismo urbano. A atuação do mandonismo local, referente ao estabelecimento de grupos de extermínio, do braço armado de um dado ator político e/ou de uma figura popular de um município baixadense é herança de uma área periférica e de diretrizes do modelo político ditatorial do Brasil do período militar. Porém, como pondera Alves,

(...) esse padrão de violência absoluto vem se mantendo porque foi construído ao longo do tempo em função da estruturação do poder político local. Por isso a existência dos matadores de aluguel, dos grupos de extermínio não se dá apenas no período da Ditadura Militar. Na realidade podemos afirmar que na Baixada Fluminense há uma dramática tradição de violência organizada que começa muito antes, já no fim do Período Colonial, para depois se afirmar, no início dos anos 30, quando figuras políticas como Tenório Cavalcanti, Getúlio de Moura, construíram a sua base de poder político na Baixada como se o poder fosse um produto para sua pequena empresa política calcada na estrutura da violência. Ao identificarmos a lógica histórica da violência na Baixada podemos entender por que, hoje, muitos

promotores públicos dizem que na Baixada os matadores estão no poder. (ALVES, 2004, p. 2).

O trunfo do poder político local na região da Baixada Fluminense é historicamente assentado na violência e na coerção via constituição de "braços armados"²³ grupos de extermínio e outros aparatos de poder sobre a massa trabalhadora em seus núcleos periféricos no contexto do regime militar. São estratégias que visam o domínio espacial de determinados atores que reproduzem a lógica da política coronelista nos municípios baixadenses. No que tange a consolidação do poder na Baixada Fluminense, é importante atentar aos contextos espaciais e temporais trabalhados ao longo desta dissertação. Acerca dos marcos estabelecidos para um melhor entendimento das relações de poder que marcaram o espaço baixadense, ao longo de seu desenvolvimento como ente regional.

Figura 38: Fases de consolidação do poder na Baixada Fluminense



Organização do autor.

Sintetizando a abordagem acerca dos poderes instituídos na região da Baixada Fluminense, deve-se entender que a construção das relações sociais no então núcleo de expansão populacional da Baixada da Guanabara para o interior de seu recôncavo são arraigadas ao modelo colonial – a partir do poderio referente

²³ Sobre os registros historiográficos da formação de grupos de extermínios na Baixada Fluminense, recorremos a Alves (2003).

ao domínio de terras do latifúndio monocultor – e que se reproduzem até os dias atuais, porém com novas facetas, como o poderio socioeconômico ligado à contravenção de famílias tradicionais, focalizando o recorte municipal em questão, o município de Nilópolis.. Como estratégias de manutenção do poder os antigos e atuais atores aliados ao seu poderio econômico e suas projeções enquanto “figuras ilustres” no ambiente social dos municípios baixadenses, atores esses que buscam aliar-se (enraizar-se) à máquina político-burocrática municipal, também como estratégia instituinte nos poderes locais.

Retomando ao conceito de poder na geografia política, Castro (2005) aponta que,

o poder é considerado como a manifestação de uma possibilidade de dispor de um instrumento para se chegar a um fim (a vantagem ou o efeito desejado), mas a possibilidade de chegar a este fim supõe a existência de uma relação necessariamente assimétrica, ou seja, a possibilidade de que uma das partes disponha de mais meios ou de maior capacidade de obter o efeito desejado através da prerrogativa de aplicar algum tipo de *sanção*”. (pp. 97-98. Grifo do autor).

O poder será desdobrado em poder político a partir da dialógica entre o poder instituinte e o poder instituído nas relações em sociedade, ou seja, quais os atores e suas respectivas ações se estabelecem como a autoridade geral de uma organização social – o poder instituído – e quais agentes e práticas sociais estão à margem dessa autoridade geral, porém buscando uma legitimação na arena política que poderá romper com o poder instituído – os atores e ações instituintes. Assim, o poder político é entendido como um respaldo social a uma determinada condição, gestão ou liderança mediante diversos instrumentos, como o poder da força, do voto (sistema representativo), o de submeter outros atores e indivíduos, entre outros meios.

O Estado torna-se o principal agente do poder político, ou melhor, essa organização instituída de poder para a governança e para decisões que envolvem a vida em sociedade dos indivíduos, heranças das sociedades modernas frente às formas de representação do poder que visam a gestão de idiossincrasias sociais plurais, dissociando as condições estabelecidas juridicamente mediante à normatização dos atos. (CLAVAL, 1979).

A violência como um meio para alcançar o poder político na região da Baixada Fluminense provém do histórico de ações dos “mandatários locais” que ao integrarem à máquina estatal de forma direta ou indireta, acionam esse

instrumento como forma de legitimação do poderio local e a perpetuação da lógica patronal.

Figura que integra os simbolismos e imaginários das representações da região da Baixada Fluminense,

Tenório reforçava sua fama de valentia e o ar de mistério que envolvia sua figura, elementos que habilmente explorava; portando sempre uma capa preta sob a qual disfarçava um colete de aço e a metralhadora que chamava de Lurdinha. (GRYNSZPAN, 1990, p. 3).

Diante dessa caracterização de Grynszpan (1990), inferimos que os elementos que constituem o poder instituído nos municípios baixadenses tendem a criar espaços e direitos particulares favorecendo aos que integram a lógica patronal, sobretudo no que concerne à consolidação e permanência dessa estrutura de poder local.

Retornando ao contexto de uma periferia metropolitana fluminense e suas condições socioespaciais, os municípios baixadenses tornam-se lócus das práticas políticas patronais. Em uma área onde as carências de meios de sobrevivência são evidentes, a gestão da precariedade e o favorecimento aos que se integram à lógica do mandonismo local, são os principais elementos da instituição da força e da violência aliada ao poder político na Baixada Fluminense.

Partindo do pressuposto de que a patronagem é essencialmente pautada na assimetria de poder no âmbito do acesso e controle dos recursos e bens materiais, entre o gestor (formal ou informal) da precariedade – um líder político, uma “figura ilustre” do local ou um empreendedor que adquire uma posição social de destaque; e a rede clientelista que esse ator social estabelece via práticas de apadrinhamento, indicação de cargos públicos, patrocínio de festas populares, além da promoção da “ordem” mediante a relação com grupos de extermínio e braços armados, entre outras estratégias do mandonismo local. Sendo assim, Nilópolis representa empiricamente a consolidação e a reprodução de estruturas de poder vinculadas à lógica patronal ancoradas no poder de dois ramos familiares de grande destaque na arena política nilopolitana: os representantes da família Abraão e Sessim David.

Entende-se, que poder patronal como prática de poder na Baixada, tomando como exemplo empírico o município de Nilópolis, inseriu como atores sociais as conhecidas “figuras ilustres” no ambiente social e em suas respectivas arenas de disputa política. Dentre os diversos “mandatários locais”, alguns se destacam

devido à sua projeção enquanto agentes do poder que extrapolam a escala municipal. Tenório Cavalcanti, como vimos anteriormente, tornou-se o principal representante do mandonismo local e da materialização do poder através da coerção e de práticas clientelistas, de favorecimento e de apadrinhamento nas primeiras décadas do século passado, reproduzindo a lógica de manutenção do poder para outros exemplos, como o caso explorado, neste capítulo, de representantes das famílias David.

É interessante também observarmos que, para o primeiro carnaval após o advento da fusão do antigo estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, a diretoria da Beija-Flor investe numa profunda transformação no modo de concepção e produção do desfile da escola de samba.

A partir desse momento é que o apoio financeiro do jogo do bicho assume grandes proporções, dando suporte ao trabalho da equipe de artistas liderada pelo carnavalesco Joãozinho Trinta, contratado para coordenar a produção do carnaval de 1976. Vale destacar que a mudança relacionada à série de vitórias que proporcionaram a ascensão da Beija-Flor em meio às grandes escolas do Rio de Janeiro trouxe ampliação extraordinária de sua base social. (BEZERRA, 2010, p. 54).

A partir da direção dos Abraão David, a Beija-Flor passou a ser reconhecida como um "instrumento político - uma plataforma de votos - a serviço de um grupo definido" (BEZERRA, 2010), institucionalizando-se, assim, as relações de assistencialismo no âmbito da realização do carnaval. O fato de que as escolas de samba tradicionalmente se apresentam publicamente como associações de natureza "a-política", e isto é o que notamos a partir do que seria a diretriz apontada a partir da diretoria dos Abraão, que estaria somente vinculada à administração do carnaval da agremiação de Nilópolis. Todavia, o que se afirma na prática é o controle da agremiação enquanto espaço político.

Marcando a gradual reabertura política nacional, as eleições de 1982, ainda a fim de garantir a continuidade do situacionismo acabou revelando novas tendências no espaço representativo na região metropolitana do Rio de Janeiro. Obrigado a votar na mesma legenda partidária para todos os cargos, o eleitor da Baixada não se definiu a partir do voto para o Executivo local.

O que aconteceu como "fenômeno Brizola" realizou, na verdade, uma estadualização das eleições. Dispostos a eleger Brizola governador, aproximadamente 50% do eleitorado da Baixada resolveu também votar nos demais candidatos do Partido Democrático Trabalhista (PDT). A "onda brizolista" que iniciava seu espraiamento na região não encontraria, contudo, uma planície totalmente desimpedida para seu envolvimento. Se por um lado ela elegeria

vereadores e prefeitos totalmente desconhecidos, por outro se depararia com os limites impostos pelos anos de trabalho político do período militar. (...) Após o hiato autoritário, a população da Baixada Fluminense retomava sua poderosa votação no trabalhismo. Brizola simbolizava o resgate de um passado de esperanças e expectativas em torno de mudanças e reformas sociais. (ALVES, 2003, p. 107 - 108).

No caso da Baixada, a municipalização das eleições como efeito do voto vinculado veio a influenciar a configuração política da região, porém não no município de Nilópolis, que elegeu o irmão de Anísio, Miguel Abraão David, a Prefeito Municipal.

Após a segunda metade dos anos de 1990, conviviam na Baixada diferentes projetos políticos que se aproximavam, tanto pelo clientelismo como pelas formas ilegais de ação: os David, com a eficiente fusão da contravenção com o carnaval e com o clientelismo político; o grupo comandado pelos Raunhetti, distribuindo vagas em escolas e creches, e oferecendo consultas e operações médicas gratuitas financiado pelas irregulares subvenções sociais do Congresso²⁴; Zito e Joca, combinando favor e medo, numa reedição moderna e situacionista do "homem da capa preta"²⁵. O brizolismo sobrevivia embora muito mais como estratégia eleitoral e política de um prefeito, o Neca, em Nilópolis, do que como força política de resistência. (ALVES, 2003).

O impacto do "fenômeno" Brizola na disputa eleitoral de 1982 representou a maior ameaça sentida pelo poder familiar em Nilópolis. "As chances de Manuel Malaquias se tornaram potenciais pela capacidade de articulação que ele tinha, mas, sobretudo, pelo fator do voto vinculado, o que beneficiou de um modo geral as candidaturas do PDT, fortalecidas pela 'onda brizolista'". (ALVES, 2003, p. 113). No entanto, torna-se evidente que o poder familiar era acionado na localidade, na conjuntura política pós-ditadura militar. Bezerra (2010) revela indícios das articulações entre os políticos, jogo do bicho e polícia interferindo de

²⁴ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) encontraria em Nova Iguaçu, uma das figuras chave do esquema de derrame de subvenções sociais. O deputado federal pelo PTB, Fábio Raunheiti havia obtido US\$ 19,5 milhões para 10 entidades ligadas à Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI) criada por ele e dirigidas por seus parentes. (ALVES, 2003).

²⁵ Ambos em sua trajetória na política local são acusados de envolvimento em casos de assassinatos e compra de votos. Julio Costa dos Santos viria a ser assassinado em um crime político em seu antigo reduto eleitoral, município de Belford Roxo. (ALVES, 2003).

forma fraudulenta na campanha municipal, e , entre outras estratégias, o provável exercício da compra de votos²⁶.

No contexto de reabertura política pós-ditadura militar, em que se consolidam o modelo constitucional e o federalismo como engenharia institucional de promoção de serviços públicos²⁷, Nilópolis elegerá outros representantes da família para o executivo municipal entre as eleições municipais nos anos de 1983 a 1992 e de 2000 e 2008. Jorge David, Miguel Abraão, Farid Abraão David e Sérgio Sessim representaram a permanência de estruturas de poder local na esfera representativa (tabela 1). Acerca do comportamento eleitoral de Nilópolis, identifica-se mudanças referentes à não reeleição de Sérgio Sessim (representante do poder familiar) para o executivo municipal. No contexto de federativo de redistribuição de recursos para o desenvolvimento da educação, da promoção de metas de qualidade e de novas propostas no currículo avaliativo aplicados por instrumentos de avaliação do rendimento escolar são práticas que podem vir a contribuir na alteração do perfil eletivo municipal e ampliar o ambiente de desenvolvimento da cidadania no recorte municipal de Nilópolis.

A cidadania está relacionada a uma possível alteração da leitura do mundo precisa ser reconhecida por alunos, professores e setores institucionais²⁸ para que o saber a ser ensinado, aprendido e avaliado se constitua em um instrumento de ação cidadã nos territórios, como no recorte municipal. É necessário ao campo da educação geográfica deve ser a da consciência e prática territorial cidadã, esta só poderá ser avaliada pelos mecanismos institucionais a partir da comparabilidade de resultados, que poderão ser usadas para a interpretação de medidas de desempenho educacional que, por sua vez, ajudarão na confecção de currículos de baseados em matrizes voltadas para o que Luckesi (1996) chamou de "avaliação para a liberdade". Esses dispositivos que buscam promover o desenvolvimento dos sistemas educacionais nas diversas escalas da federação atinge com maior eficácia o recorte municipal, como aponta Castro (2005) e Souza (2006), a partir

²⁶ Bezerra (2010) aponta: "Não bastassem as usuais ações fraudulentas das eleições de 1982, teria sido provocado um acidente com um caminhão que transportava urnas eleitorais. Atravessando o viaduto de Nilópolis, o motorista do caminhão teria 'perdido o controle' e tombado com o veículo, ocorrendo a perda de centenas de cédulas eleitorais. (p. 60).

²⁷ Analisaremos a seguir os impactos nos serviços públicos educacionais à luz do federalismo nacional.

²⁸ Na dissertação darei enfoque à ação do CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - na geração de padrões de qualidade no âmbito dos serviços educacionais e na alteração de matrizes avaliativas de geografia nos municípios de estado do Rio de Janeiro.

da lógica de descentralização das demandas da população, da escala de vivência e do potencial de mudança de estruturas que imperam na cidadania plena. Sobre o arranjo político-territorial federalista e seus efeitos nas políticas educacionais no recorte municipal de Nilópolis que o quarto capítulo abordará.